

## **PROGRAMAS EDUCACIONAIS VINCULADOS A ATORES PRIVADOS NA EDUCAÇÃO ESTADUAL DE PERNAMBUCO (2005-2018)**

Nicanor M. Lopes - UNICAMP

nicanormateuslopes@gmail.com

### **Introdução**

O presente resumo visa apresentar a relação quantitativa de programas educacionais que tiveram participação de atores do setor privado em conjunto com o governo estadual, implementados ou vigentes entre 2005 e 2018 na Rede Pública Estadual de Educação Básica de Pernambuco. Para tal, inventariou-se o ano de implementação de tais programas, assim como, identificou-se o público alvo, natureza dos atores privados, dimensão dos programas de acordo com o tipo de trabalho proposto e etapa de escolaridades atendida por eles.

Trata-se de uma análise preliminar que compõe a dissertação de mestrado em andamento (Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP), que analisou programas da rede estadual de educação básica de Pernambuco vigentes entre 2005 e 2018, o trabalho de levantamento dos dados desenvolveu-se no âmbito do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional – GREPPE orientado pela Professora Doutora Theresa Adrião e trata-se de um dos desdobramentos do projeto de pesquisa “Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2015)” (ADRIÃO, coord. 2017) no qual

toma como escopo para a análise, os mecanismos e formas de privatização materializadas em programas e políticas governamentais, implementados ou propostos por atores privados para as redes estaduais de ensino e o Distrito Federal. (ADRIÃO, coord. 2017, p.5)

Para Freitas (2018) a ação dos atores privados na educação pública faz parte de um projeto neoliberal em que,

seu método consiste em bombardear as redes públicas permanentemente sob vários ângulos e com vários programas numa tentativa de construir os processos de privatização pelo interior das escolas públicas, mimetizando as formas de funcionamento da organização empresarial, para finalmente se atingir o estágio dos ‘vouchers’. (FREITAS, 2018, p.14)

No que se refere ao estado de Pernambuco, encontrou-se 52 atores privados distintos responsáveis por 38 programas na série histórica selecionada. O governo que mais apresentou programas com atuação de atores privados foi o de Paulo Câmara (PSB), sendo 20 programas em 4 anos de mandato, já João Lyra Neto (PDT) foi o único governador que em seu mandato não foi iniciado nenhum programa com essa característica.

### **Metodologia**

A série histórica considerada para o levantamento dos programas estaduais com atores privados, 2005 a 2018, está relacionada com a pesquisa base (ADRIÃO, coord. 2017) na qual, para indicar o ano inicial, considera como marco legal a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei 101/2000), que, em seu art. 73-B, estipulou prazo máximo para que todos os entes federados adequassem suas finanças ao texto legal. No caso dos estados, essa reformulação deveria ser feita até um ano depois da publicação da lei, ou seja, maio de 2001. No entanto, para o levantamento dos programas considerou-se o último prazo que a lei estabelece, que foi de quatro anos para municípios de até cinquenta mil habitantes, ou seja, maio de 2005. O projeto de pesquisa se baseia em outro estudo (ADRIÃO, coord., 2009, p.45) que considera a LRF como indutora de privatização ao limitar despesa total com pessoal em 60% da receita corrente líquida dos municípios, o que também vale para os estados. O ano final, 2018, surge da limitação oferecida pela metodologia de mapeamento, que usou os portais online das Secretarias Estaduais de Educação para identificar os programas propostos ou apoiados por atores privados conjuntos com a Secretaria do estado.

O mapeamento utilizou-se de base primárias nos portais das secretarias de ensino, no caso de estudo a de Pernambuco. As notas técnicas podem ser conferidas em: <[groupe.fe.unicamp.br](http://groupe.fe.unicamp.br)>. Indica-se que apesar do levantamento considerar os anos de 2005 e 2018, há programas que começaram antes de 2005, mas ainda vigiam na série histórica analisada (2005-2018), por isso foram considerados na pesquisa.

### **Resultados e Discussões**

Os resultados encontrados indicam que dos cinco governadores que estiveram à frente do estado de Pernambuco entre 2005 e 2018, quatro deles iniciaram algum tipo de

programa na Rede Estadual de Educação Básica com participação de atores do setor privado. Apenas João Lyra Neto não iniciou nenhum programa com essa característica, mas vale lembrar que era o vice governador e assumiu o mandato por menos de um ano devido ao afastamento de Eduardo Campos para concorrer ao cargo de Presidente da República, e com a morte de Eduardo Campos em um acidente de avião durante a campanha, João Lyra Neto continuou o mandato até o ano seguinte.

A tabela 3 indica o nome do governador, quantos anos permaneceu no cargo durante a série histórica analisada e quantos programas foram iniciados em cada ano.

**Tabela 3** – Quantidade de Programas da Secretaria de Educação Estadual de Pernambuco vigentes entre 2005 e 2018 com participação de atores privados no estado de Pernambuco.

Governador	Tempo de Governo (em anos)	Ano de Início dos programas	Quantidade de programas por ano de início
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	3	2003	4
Mendonça Filho (PFL)	1	2006	4
Eduardo Campos (PSB)	7	2008	3
		2011	1
		2012	3
		2013	2
Paulo Câmara (PSB)	4	2015	6
		2016	9
		2017	4
		2018	1

Nota: Para a tabela não se considerou os meses de governo, apenas o ano que entrou ou deixou o cargo de governador. Fonte: Elaboração própria com base em Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq-Fapesp – Disponível: <[www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento\\_da\\_insercao\\_do\\_setor\\_privado\\_nas\\_redes\\_estaduais\\_de\\_educacao](http://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao)>

Indica-se que Paulo Câmara foi o governador que mais inaugurou programas com participação de atores privados na rede básica de ensino pública de Pernambuco, sendo 20 programas em apenas quatro anos de mandato, segundo levantamento. Pode-se dizer que Eduardo Campos ficaria em segundo lugar como o que mais implementou programas de caráter privado, no entanto foram nove em sete anos de mandato, enquanto Mendonça Filho em apenas um ano implementou quatro programas.

Quando se trata das etapas de escolaridade atendidas pelos programas analisados, houve semelhanças entre os governos, sendo que todos eles tiveram maior número de programas voltadas para o Ensino Médio, com exceção de Jarbas Vasconcelos que

implementou a mesma quantidade para o Ensino Médio e Ensino Fundamental. Apenas Paulo Câmara implementou programas para as três etapas, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, como mostra a tabela 4.

**Tabela 4** – Quantidade de Programas Educacionais da Rede Básica de Ensino Estadual de Pernambuco com participação de atores privados (2005-2018) por governador e etapa de escolaridade atendida.

<b>Governador</b>	<b>Educação Infantil</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>Sem informação</b>
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	0	2	2	0
Mendonça Filho (PFL)	0	0	2	1
Eduardo Campos (PSB)	0	4	7	0
Paulo Câmara (PSB)	3	7	14	4

Fonte: Elaboração própria com base em Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq-Fapesp – Disponível: <[www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento\\_da\\_insercao\\_do\\_setor\\_privado\\_nas\\_redes\\_estaduais\\_de\\_educacao](http://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao)>

Ainda em relação ao público dos programas inventariados pela pesquisa, tem-se que durante o mandato dos quatro governadores, os programas incidiram majoritariamente sobre os estudantes, seguida de docentes, gestores, funcionários e familiares dos alunos respectivamente. A exceção foi no governo de Mendonça Filho que assim como os demais agiram em sua maioria sobre os estudantes, porém, docentes, gestores e funcionários foram igualmente atendidos.

**Tabela 5** – Quantidade de Programas Educacionais da Rede Básica de Ensino Estadual de Pernambuco com participação de atores privados (2005-2018) por governador e público-alvo.

<b>Governador</b>	<b>Estudantes</b>	<b>Docentes</b>	<b>Gestores</b>	<b>Funcionários</b>	<b>Famílias</b>
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	3	2	1	0	0
Mendonça Filho (PFL)	3	2	2	2	1
Eduardo Campos (PSB)	8	5	2	1	0
Paulo Câmara (PSB)	15	6	5	2	0

Fonte: Elaboração própria com base em Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq-Fapesp – Disponível: <[www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento\\_da\\_insercao\\_do\\_setor\\_privado\\_nas\\_redes\\_estaduais\\_de\\_educacao](http://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao)>

Confirma-se que os programas são voltados para os estudantes e em seguida para docentes, verificando que a dimensão da maior parte dos programas incide sobre o currículo, quando comparado com a gestão e oferta.

## Conclusão

O levantamento aponta que dos partidos que assumiram o governo do estado apenas o PDT não aplicou programas privatistas, porém, ressalta-se que João Lyra Neto (PDT) era vice-governador no mandato de Eduardo Campos, não sendo possível afirmar, por esses dados, que existiram diferenças de projeto político para educação entre os partidos apresentados. A incidência de atores privados agindo na educação básica do Estado de Pernambuco aumentou entre 2005 e 2018, pelo menos no quesito quantidade de programas. Observa-se predominância de ações que visam diretamente o estudante de Ensino Médio e sobre o currículo, tal constatação alerta para a desresponsabilização do Estado como instrumento de ação em prol do bem público que deve ser a educação, deixando-a a cargo de atores privados com seus interesses escusos.

## Referências

ADRIÃO, T. (coord.) **Estratégias municipais para a oferta da educação básica: as parcerias público-privadas**. Relatório de pesquisa: Fapesp. 2009.

ADRIÃO, T. (coord.); GARCIA, T.O.G.; BORGHI, R.F.; BERTAGNA, R.H.; BARBOSA, L.; MOELENCKE, S. **Mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil (2005-2015)**. Processo CNPq n. 459098/2014-4. 2017

ADRIÃO, Theresa (Campinas) (org.). **Mapeamento da inserção do setor privado nas redes estaduais de educação**. 2020. Disponível em: [https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento\\_da\\_insercao\\_do\\_setor\\_privado\\_nas\\_redes\\_estaduais\\_de\\_educacao](https://www.grepe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao). Acesso em: 28 ago. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Lei de Responsabilidade Fiscal**. Brasília, DF, 05 maios 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. PREFÁCIO. In: GARCIA, Teise (org.); ADRIÃO, Theresa (org.). **Currículo, Gestão E Oferta Da Educação Básica Brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2018. p. 13-14